



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

FLASH

5741

Presidente da Mesa Diretora: José Maria Saraiva

Espécie: Projeto de lei

Categoria: Não votado ou não tramitado

Autoria: Sued Kennedy Parrela Botelho

Data: 26/02/2004

Descrição Sumária: PROJETO DE LEI S/Nº/2004. (NÃO VOTADO). Institui o Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança – EPIV.

Controle Interno – Caixa: 26.2 **Posição:** 35 **Número de folhas:** 05

Especie: PL
Categoria: não tramitado, não votado
U: 26.2
Ordem: 35
nº fls: 03



Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE LEI Nº ____/2.004

AUTOR:

VEREADOR - SUED PARRELA BOTELHO

ASSUNTO:

Institui o Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança (EPIV).

MOVIMENTO

- 1 - **Entrada em 26/02/2.004**
- 2 - **Comissão de Legislação e Justiça**
- 3 -
- 4 -
- 5 -
- 6 -
- 7 -
- 8 -
- 9 -
- 10 -

Carina



PROTOCOLO	
<input type="checkbox"/> EXP.	<input checked="" type="checkbox"/> RECEB.
26/02/2004	
HORA: 17:00	
ASS: _____	

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Estado de Minas Gerais

Projeto de Lei nº _____ 2002.

Institui o Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança (EPIV).

A Câmara Municipal de Montes Claros MG, decreta e eu, prefeito Municipal sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica criado o "EPIV" Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança.

Parágrafo único - O **EPIV** será exigido para aprovação dos empreendimentos públicos ou privados em área urbana, para obter as licenças ou autorização de construções, ampliação ou funcionamento a cargo do Poder Público Municipal.

Art. 2º - Empreendimentos de impacto são aqueles, públicos ou privados, que venham a sobrecarregar a infraestrutura urbana ou a ter repercussão significativa.

§ 1º - São considerados empreendimentos de impacto:

I - os destinados a uso não residencial nos quais a área edificada seja igual ou superior a 6.000 m² (seis mil metros quadrados);

II - os destinados a uso residencial que tenham mais de 150 (cento e cinquenta) unidades habitacionais;

III - Os seguintes empreendimentos e os similares: aterros sanitários e usinas de reciclagem de resíduos sólidos;

a) autódromos, hipódromos e estádios esportivos;

b) cemitério, necrotérios e crematórios;

c) matadouros e abatedouros;

d) presídios e cadeias;

e) quartéis;

f) terminais rodoviários e aeroviários;

g) ferrovias subterrâneas ou de superfície;

h) terminais de minério, petróleo e produtos

químicos;

i) oleodutos, gasodutos, minerodutos, trens coletores e emissários de esgotos sanitários;

j) linhas de transmissão de energia elétrica, acima de 230 KV (duzentos e trinta quilowatts);

k) usinas de geração de energia elétrica, qualquer que seja a fonte de energia primária acima de 10mw (dez mega watts);

- l) estações de tratamento de esgotos sanitários;
- m) distritos e zonas industriais;
- n) usinas de asfalto;
- o) estações de rádio base (ERBS).

Art. 3º - O EPIV será executado de forma a contemplar os efeitos negativos e positivos do empreendimento ou atividade quanto à qualidade de vida da população residente na área e suas proximidades, incluindo a análise, no mínimo das seguintes questões:

- I** - adensamento populacional;
- II** - equipamentos urbanos e comunitários;
- III** - uso e ocupação do solo;
- IV** - valorização imobiliária;
- V** - geração de tráfego e demanda por transporte

público;

- VI** - ventilação e iluminação;

VII - paisagem urbana e patrimônio natural e cultural;

§ 1º - no processo de elaboração do **EPIV**, garantir-se-á a audiência da comunidade afetada pelo empreendimento ou atividade.

§ 2º - Dar-se-á ampla publicidade aos documentos integrantes do **EPIV**, que ficarão disponíveis para consulta, no órgão competente do Poder Público Municipal, por qualquer interessado.

§ 3º - São nulas as licenças e autorizações a cargo do Poder Público Municipal, expedido sem que tenham sido observados os requisitos previstos nos §§ 1º e 2º.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Montes Claros, 16 de abril de 2002..

SUED PARRELA BOTELHO

Vereadora - PT

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
A COMISSÃO DE
EM DE
PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
E JUSTIÇA
EM 27 DE ABRIL DE 2004
PRESIDENTE

JUSTIFICATIVA

O Projeto proposto busca garantir a população de nossa cidade, o direito de ser consultado nos casos de empreendimentos de impacto a serem implantados próximos às suas residências o ritmo acelerado de urbanização requer do legislativo a dotação de instrumentos legais que preservem a qualidade de vida em nossa cidade, neste intuito o estudo prévio de impacto de vizinhança, para o qual peço o apoio dos meus pares nesta Casa.